



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos
Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial
Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho

GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)
16ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA

Local: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM); Brasília - D.F.

Data: 23 de novembro de 2001.

MEMBROS REPRESENTANTES

- **Dra. Oneida Divina da Silva Freire** - representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Coordenadora do GI-GERCO;
- **CMG Flávio Luiz Giacomazi** - representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM/MB;
- **João Batista Dias** - representante da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente - ABEMA;
- **Maria Luiza Almeida Gusmão** - representante do Ministério dos Transportes - MT;
- **Comandante Paulo Teixeira de Castro** - representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- **CF João Carlos Corrêa de Albuquerque Feijó** - representante do Estado Maior da Armada da Marinha do Brasil – EMA/MB;
- **CC Marcelo Augusto da Cunha Porto** - representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM/MB;
- **Fábio Gontijo Silveira** - representante do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT;
- **Comandante Carlos José da Silva Monteiro** – representante do Grupo Especial de Modernização dos Portos - GEMPO.

OUTROS PARTICIPANTES

- **Augusto Silveira de Almeida** - da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento - SPU/MP;
- **José Roberto de Lima** - do Ministério do Esporte e Turismo - MET;

- **João Morégo** - do Ministério das Relações Exteriores – MRE;
- **Comandante Denise Moraes Leite** - da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM;
- **CMG (RRm) Celso Moraes Peixoto Serra** – da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM;
- **Alex S. Dumot** – do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
- **Márcia F. Coura** - do Ministério do Meio Ambiente;
- **Letícia Reis de Carvalho Zanella** - do Ministério do Meio Ambiente;

1. ABERTURA

A Coordenadora do GI-GERCO e representante do MMA, Sra. Oneida Freire iniciou a reunião às 14:40h, dando as boas vindas aos presentes.

2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1 - Adoção da Agenda

A Agenda Provisória para a 16ª Sessão Ordinária foi preparada pela Coordenação e remetida à SECIRM e aos membros do Grupo.

2.2 - Aprovação da Ata da sessão anterior.

Uma vez que a Ata da sessão anterior já havia sido corrigida durante a 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2001, a Coordenadora, Sra. Oneida Freire, deu início aos trabalhos do grupo, passando ao tópico sobre deliberações.

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

3.1 Programa Nacional de Capacitação Portuária (PNCAP) – Agenda Ambiental Portuária:

A Coordenadora, Sra. Oneida Freire, apresentou à plenária o Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária (PNCAP), cuja versão preliminar do texto foi previamente encaminhada aos membros do Grupo, para conhecimento e avaliação.

Inicialmente, lembrou os antecedentes que levaram a elaboração do PNCAP, como a adequação do setor à legislação vigente e, em especial, as novas demandas aportadas pela Lei nº 9.966 (Lei do Óleo), conforme termo de referência aprovado na 10ª Sessão Ordinária do GI-GERCO.

Contextualizou o Programa, esclarecendo a sua importância no âmbito da Agenda Ambiental Portuária, como estratégia para provocar mudanças na cultura institucional dos portos no que tange as questões ambientais, além da aproximação com os órgãos ambientais. Informou que o PNCAP, como instrumento abrangente, deve prever e/ou fomentar um amplo processo de capacitação, que envolverá além de cursos e treinamentos, diversas atividades destinadas ao aprimoramento de aspectos gerenciais e operacionais a partir de subsídios técnico-científicos e articulação interinstitucional, capazes de alavancar práticas permanentes

de gestão ambiental da atividade portuária.

A Coordenadora apresentou as linhas de ações do Programa, as quais são sintetizadas a seguir:

- **Desenvolvimento Institucional**, que tem por finalidade promover atividades relacionadas à questão ambiental no âmbito de cada unidade portuária, tais como eventos sociais, apoio a projetos ambientais externos, incentivos para o alcance de metas ambientais, entre outras.
- **Integração a Programas de Treinamento Existentes**, cujo objetivo é incorporar a dimensão ambiental aos programas de treinamento existentes que são direcionados aos trabalhadores portuários em geral. Sem descartar outras possibilidades, destaca-se em especial, o Sistema de Ensino Profissional Marítimo, mantido pelo Comando da Marinha do Brasil, com o objetivo de qualificar aquiúários, trabalhadores portuários e de atividades correlatas.
- **Sistematização de Informações / Elementos de Suporte**, a qual prevê a organização de uma base de informações que subsidie a estruturação dos conteúdos técnicos e temas de gestão ambiental portuária, bem como, mecanismos de difusão e intercâmbio de informações e experiências exitosas;
- **Desenvolvimento Intersetorial**, cujo objetivo é capacitar o público alvo, incluídos o corpo gerencial do porto/terminais e dos órgãos reguladores da atividade, por meio de cursos de capacitação para implementação da gestão ambiental.

Ao final, a Coordenadora destacou a importância do engajamento das diversas instituições que compõem o GI-GERCO no processo de implementação das ações pretendidas. Tal questão recebeu a manifestação do representante da SECIRM, Comandante Flávio Giacomzi, sendo colocado que a Marinha manterá o aporte de recursos, reforçando, porém, que posteriormente a oferta de cursos de capacitação deve tornar-se auto-sustentável, de modo que os mesmos possam ser oferecidos e custeados pelos interessados. Destacou, também, a necessidade de outros aportes de recursos para a implementação do Programa, salientando que várias representações do GI-GERCO poderiam se beneficiar de suas ações.

O representante do MCT, Sr. Fábio Gontijo, questionou sobre “quem”, nos portos, seria o responsável pela implementação e execução do PNCAP. Tal questionamento foi respondido pela representante do MT, Luíza Gusmão, que informou sobre a proposta de criar uma Unidade de Gestão Ambiental em cada porto, que seria responsável pelas ações concernentes à gestão ambiental.

A Coordenadora, Sra. Oneida Freire, também informou que o MMA está em vias de firmar um convênio com a Fundação de Apoio a Universidade de Rio Grande (FAURG), envolvendo a Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e o Programa Train Sea Coast - Brasil, para o apoio ao PNCAP, com recursos da ordem de R\$ 300.000,00, para o atendimento das metas previstas para o ano de 2002. Esse projeto prevê o desenvolvimento das ações referentes à elaboração do conteúdo programático de cursos de Gestão Ambiental Portuária, conforme a metodologia *Train X*. Além disso, contempla a adaptação a outros sistemas de treinamento existentes, como, por exemplo, o SEPEM, bem como a sistematização de informações, que convergirão para o estabelecimento de normas e um manual de gestão ambiental. Esclareceu que se trata de uma iniciativa para cumprir as tarefas do MMA no âmbito da Agenda Ambiental Portuária, devendo o PNCAP, como um todo, ser coordenado pelo Ministério dos Transportes.

Após a apresentação do Programa e dos decorrentes comentários, seguiu-se a revisão do texto, em plenária, momento no qual foram aportadas várias sugestões sobre formato e

conteúdo, que foram devidamente registradas e incorporadas ao texto. Sugestões de alterações mais profundas, levantadas pelo representante do EMA, Comandante João Carlos Feijó, foram registradas para posterior inclusão no texto. Foi acordado prazo de até o dia 06/12/01 para encaminhamento de novas sugestões, ficando a aprovação do Programa, em sua versão final, para deliberação na próxima Sessão Ordinária.

Por fim, a representante do MT, Sra. Maria Luiza manifestou a demanda de sua instituição, para revisão do Termo de Referência do PNCAP, devido a desatualização decorrente do tempo entre sua elaboração e a implementação Programa. Informou também que a solicitação já havia sido encaminhada à Coordenação do GI-GERCO.

4. NOTÍCIAS

4.1 Proposta de Regulamentação da Lei 7.661/88:

Foi informado, pelos representantes do MMA, que as atividades do GT para Regulamentação da Lei 7.661/88 estão sendo desenvolvidas em sessões extraordinárias, no âmbito do GI-GERCO, já tendo sido realizadas três reuniões, chegando-se aos seguintes resultados:

- definição dos principais conceitos que envolvem a gestão dos sistemas costeiros, com destaque para as regras de uso e ocupação dessa faixa, bem como, as diretrizes de intervenção na orla, em áreas de Patrimônio da União;
- definição do escopo das demandas de articulação para definição de atribuições na proposta de texto, a serem tratadas nas próximas reuniões.

4.2 Ingresso de novos membros no GI-GERCO: Agência Nacional de Petróleo (ANP), da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA):

Os representantes do MMA informaram que o andamento do processo de inclusão de novos membros ao GI-GERCO está se desenvolvendo com base num arrazoado com a justificativa da proposição, encaminhado à SECIRM, a qual procedeu consulta à ANP, SEDU e MAPA, a cerca do interesse das mesmas em ingressar no Grupo. Apenas o Ministério da Agricultura e Abastecimento manifestou interesse, inclusive com a indicação do seu representante.

A próxima etapa consistirá na submissão da proposta à CIRM, em sua próxima reunião, prevista para 4/12/2001. A partir da aprovação da CIRM serão efetuados os procedimentos necessários para alteração da Resolução que instituiu os membros do Grupo.

4.3 Projeto Orla – etapa piloto de avaliação:

A Coordenadora, Sra. Oneida Freire, informou que o projeto encontra-se em etapa de teste da adequabilidade da metodológica, a partir de treinamentos e assistência técnica aos municípios previamente selecionados: Tibau do Sul/ RN, Vitória/ ES, e Florianópolis,. O próximo treinamento será no litoral do Piauí, ao final de janeiro próximo, onde será testada uma nova dinâmica, com o treinamento simultâneo de gestores dos quatro municípios litorâneos (Luis Correia, Cajueiro da Praia, Parnaíba e Praia Grande).

Salientou, que, sob a coordenação do GERCOM/SQA/MMA e com a participação de 7 instrutores/consultores em cada evento, até o momento, foram capacitados 78 gestores,

abrangendo diferentes perfis e formações profissionais dos quadros das secretarias municipais afetas à questão e representantes de ONGs, Universidades, SPU/GRU e Capitania dos Portos. Chamou atenção para o fato de que entre os resultados obtidos, destacam-se a própria receptividade à metodologia e o empenho dos treinandos, as quais convergem para a elaboração da Agenda Mínima de Implementação de um Plano de Intervenção na Orla e a formação, em todos os casos, de um Grupo de Trabalho e/ou Comitê Gestor do Projeto com indicação dos respectivos coordenadores locais e cronograma para a consolidação dos produtos finais.

Finalmente, informou, que em decorrência do interesse pelo Projeto, os grupos de trabalho já têm sinalizado a necessidade de assessoria técnica na execução de determinadas ações e, sobretudo, demandando a definição, por parte da Secretaria do Patrimônio da União, dos desdobramentos relacionados à gestão dos bens da União, com destaque para o documento de formalização da parceria entre SPU e prefeituras.

Nesse momento, o representante da SPU, Sr. Augusto Silveira Monteiro, informou não ter recebido o documento formal sobre a situação do Projeto Orla (histórico), para oficialização da parceria entre sua instituição e o MMA. A Sra. Márcia Coura, do MMA, explicou que o documento foi devidamente encaminhado à Secretária da SPU, Dra. Maria José, conforme acordado.

O Sr. Augusto solicitou o reenvio do documento, comprometendo-se em encaminhá-lo à Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para apreciação e parecer.

4.4 Programa Nacional de Ação Global para Proteção do Meio Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra na Porção Brasileira da Região do Atlântico Sudoeste Superior (PNA):

A Sra. Letícia Zanella, do MMA, informou sobre a elaboração do Programa Nacional de Ação para Proteção do Ambiente Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra na Porção Brasileira do Atlântico Sudoeste Superior, que foi encaminhado ao Escritório da Coordenação do GPA, conforme previsto no Memorando de Entendimento firmado entre o MMA e o PNUMA.

Colocou que, de acordo com a avaliação do Escritório de Coordenação do PGA, a proposta brasileira foi considerada entre os melhores programas enviados pelos países, o que culminou com o convite para apresentá-lo na plenária da 1º Reunião Intergovernamental para Revisão do Programa Global de Ação, na sessão de abertura, no dia 26/11/2001, em Montreal, Canadá, cuja finalidade será avaliar o andamento do PGA, bem como discutir as ações previstas para o período de 2002 a 2006.

Informou também que a Delegação Brasileira será composta pelo Secretario da SQA e pela Coordenação do GERCOM.

4.5 PNMA II - Projetos do Subcomponente Gerenciamento Costeiro:

A Sra. Márcia Coura, do MMA, noticiou que nove Estados tiveram seus projetos aprovados no Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II) – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Espírito Santo, Ceará, Paraná, Bahia, Paraíba e Piauí e, que, além desses, Sergipe e Amapá têm seus projetos em fase de elaboração.

4.6 Agenda Ambiental Portuária (outros temas):

4.6.1 GT de Dragagem – Proposta de Regulamentação da Atividade de Dragagem:

A Sra. Letícia Zanella, do MMA, informou que os trabalhos do GT de Regulamentação da Atividade de Dragagem encontram-se em andamento, estando previstas ainda duas reuniões para este ano. Para conhecimento dos presentes, explicou que o documento aporta duas importantes inovações:

- a abrangência da norma para as águas jurisdicionais brasileiras;
- a adoção de padrões de referência para os testes químicos (verificação de contaminação da água e sedimentos) com base em critérios de gestão ambiental, dado a falta de séries de dados históricos em âmbito nacional.

Informou, também, que a partir da finalização do processo de elaboração das normas técnicas, o grupo se dedicará à estruturação da Proposta de Resolução CONAMA.

4.6.2 Água de Lastro:

A Sra. Márcia Coura, do MMA, informou que já foram realizados os levantamentos de campo previstos no Projeto Piloto de Controle e Gerenciamento da Transferência Indesejável de Espécies Exóticas e/ou Organismos Patogênicos por Meio de Água de Lastro de Navios, em Sepetiba/RJ, com apoio de uma consultora australiana, em 10/11/2001. As amostragens realizadas incidiram sobre fitoplâncton, bentos de substrato duro, bentos de praia, bentos de substrato mole e peixes.

Os trabalhos se estenderam por quatro dias, envolvendo os seguintes aspectos:

- desenho amostral do levantamento;
- logística e operações de campo;
- triagem de amostras e identificação de organismos;
- preservação de amostras, catalogação e coleção de referência;
- análise de dados;
- monitoramento de longa duração.

Ademais, foram definidas as estratégias para o Plano de Comunicação, que prevê a divulgação de informações por meio de vídeos e *folders*, além de página da internet.

5. OUTROS ASSUNTOS

5.1 Regulamentação da Lei 9.966/2000:

5.1.2 Decreto de Regulamentação da Lei 9.966/00 e 2.1.2 Plano Nacional de Contingência (PNC) e Planos de Emergência Individuais (PEI):

A Sra. Márcia Coura, do MMA, informou que o Decreto de Regulamentação da Lei 9.966 está na Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, de onde será encaminhado à Casa Civil.

Noticiou, também, que a proposta do Plano Nacional de Contingência (PNC) foi concluída e a exposição de motivos está em elaboração.

Por fim, informou que a proposta do Conteúdo Mínimo dos Planos de Emergência

Individual (PEI) teve os pedidos de vista do Ministério de Minas e Energia, e Ministério do Trabalho e Emprego, bem como, as sugestões da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, sendo todos pontos devidamente examinados, discutidos e consolidados, para apreciação na a próxima reunião do CONAMA, prevista para o dia 12/12/2001.

5.1.3 Workshop para Discussão e Validação das “Especificações e Normas Técnicas para a Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental para Derrames de Óleo” na Zona Costeira:

A Coordenadora, Sra. Oneida Freire, noticiou a realização do workshop para tratar do assunto, enfatizando que trata-se de uma das etapas para o processo de validação e oficialização das “Especificações e Normas Técnicas para a Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental para Derrames de Óleo”(Cartas SAO), na zona costeira e marinha, cuja versão preliminar foi preparada pelo MMA/GERCOM, em conjunto com a ANP e IBAMA (sede e Escritório de Licenciamento das Atividades do Petróleo e Nuclear - ELPN).

Informou também, que o evento será realizado nos dias 18 e 19 de dezembro, no Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP, no Rio de Janeiro, explicando que após o processo de validação, o documento será submetido à Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), com o objetivo de tornar as Cartas SAO documento oficial do governo brasileiro, de uso obrigatório no planejamento de contingência, na avaliação geral de danos e na implementação de ações de resposta a incidentes de poluição por óleo.

6. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Não foi estabelecida data para a próxima reunião, a ser acordada em momento posterior, quando oportuno.

7. ENCERRAMENTO

A Coordenadora do Grupo, Sra. Oneida Freire, reafirmou os pontos de pauta definidos para a próxima Sessão: (I) revisão do Termo de Referência do PNCAP; (II) aprovação do texto PNCAP e (III) revisão do texto da Agenda Ambiental Portuária.

Antes do término da sessão, o representante do MET, Sr. José Roberto de Lima, informou sobre a realização, em 3 a 4/12/01, no Rio de Janeiro, do 1º Seminário Nacional sobre a Indústria de Cruzeiros Marítimos, iniciativa daquele Ministério, para a qual convidou a todos os membros do Grupo.

Por fim, a Coordenadora agradeceu aos presentes pela participação, passando a palavra ao representante da SECIRM, Comandante Flávio Giacomazi, que deu por encerrada a 15ª Sessão Ordinária do GI-GERCO, às 17h30, agradecendo, a presença de todos.